

A participação brasileira na paz do Chaco: um tributo aos nossos primeiros observadores militares¹

*Marco Antonio de Freitas Coutinho**

À medida que as operações, necessárias ao desempenho da grave missão, se iam efetuando no terreno e os entendimentos com os comandos adversários permitiam penetrar mais profundamente no âmago da questão, foi-me parecendo que poderia ser útil aos camaradas do Exército Brasileiro conhecer as condições em que se estava procedendo ao restabelecimento da paz, levada a efeito por processo singular da história, bem como as medidas postas em prática para desmontar os dispositivos militares mantidos pelos beligerantes no teatro da luta (Coronel Leitão de Carvalho, Chefe da Delegação Brasileira à Comissão Militar Neutra).

Em sua Diretriz Geral/2003, o Comandante da Força destaca a necessidade da pesquisa e divulgação da História Militar do Brasil, a fim de “resgatar tradições e afirmar nossa identidade de soldados” (ALBUQUERQUE, 2003).

A assinatura do Protocolo de Paz entre a Bolívia e o Paraguai ocorreu no dia 12 de junho de 1935. Esse artigo tem o objetivo de relembrar um episódio muito pouco conhecido da nossa História Militar.

Trata-se da missão desempenhada pela chamada *Comissão Militar Neutra*, encar-

regada de executar, no campo de batalha, as cláusulas do Protocolo assinado em Buenos Aires, sob os auspícios das chancelarias do Brasil e da Argentina.

Em que pese a importância de participações anteriores de contingentes nacionais na defesa contra violações à soberania de nações amigas (POLIDORO, 1998, p. 232), o processo de restabelecimento da paz entre a Bolívia e o Paraguai teve características inovadoras. Tais características ainda podem ser consideradas atuais e, em linhas gerais, continuam sendo executadas nas missões sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização dos Estados Americanos (OEA),

* Major do Quadro de Material Bélico.

¹ Colaboração da ECEME.

ou de qualquer outro organismo de segurança regional.

O presente trabalho pretende resgatar a lembrança da atuação de um grupo de oficiais, que sob a Chefia do então Coronel Estevão Leitão de Carvalho constituiu o pioneiro contingente de observadores militares do Exército Brasileiro.

A GUERRA DO CHACO E SEUS ANTECEDENTES

A guerra entre a Bolívia e o Paraguai em disputa pelo território do Chaco irrompera em junho de 1932, transformando-se no mais grave conflito armado da América no século XX. A guerra foi desencadeada pela intenção da Bolívia de estabelecer no Chaco uma abertura para o Rio Paraguai, de forma a substituir a faixa de litoral no Pacífico perdida para os chilenos no final do século XIX.

Historicamente, a incapacidade que os vice-reinados da Prata e do Peru tiveram em se estabelecer na região levou a uma indefinição de seus limites (BANDEIRA, 1998). Tal questão foi herdada respectivamente pelo Paraguai e pela Bolívia, visto que ainda no final do século XIX o Chaco permanecia praticamente desabitado. Isto particularmente se deveu às características desfavoráveis daquele terreno, agravadas pela ausência de penetrantes fluviais e pela tenaz resistência apresentada pelos indígenas.

A intransigência dos governos de La Paz e Assunção, bem como os interesses de grandes companhias estrangeiras sobre supostas reservas petrolíferas do Chaco, fizeram prolongar a guerra para além da capacidade de resistência dos dois países em con-

flição. A guerra estendeu-se até junho de 1935 (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2003).

Desde sua posse na Chancelaria brasileira, em março de 1935, o Embaixador José Carlos de Macedo Soares fez várias propostas para um acordo de paz entre os países vizinhos, buscando sempre o apoio da Argentina.

Procurou estabelecer entendimentos diretos entre as partes envolvidas, com ou sem reatamento das relações diplomáticas. Desde o início o Governo brasileiro sustentou posição contrária ao arbitramento da Liga das Nações, defendendo a tese de que competia ao continente americano encontrar uma solução para a crise no Chaco.

Também o empenho da Argentina pela paz conduziu à formação do grupo de mediação ABCP (Argentina, Brasil, Chile e Peru), ao qual se somaram Estados Unidos e Uruguai. A principal iniciativa do grupo foi convocar uma Conferência de Paz que se realizou em Buenos Aires entre os anos de 1935 a 1938 (BRASIL, 2003).

Durante as negociações, a participação do Chanceler Macedo Soares foi mais alinhada com as posições do Governo norte-americano, apresentadas pelo diplomata Spruille Braden, do que com as do Governo argentino, defendidas pelo Chanceler Saavedra Llamas.

A Guerra do Chaco foi motivo de preocupação para o Brasil desde sua deflagração, transformando-se em tema de destaque no diálogo diplomático entre os governos brasileiro e argentino. Depois de frustrados esforços de mediação, o Brasil manteve posição de neutralidade, enquanto as autoridades diplomáticas ajudavam os esforços empreendidos pelo Governo argen-

tino, para que bolivianos e paraguaios chegassem a um entendimento.

Somente na décima oitava reunião de mediação é que finalmente se chegou a um acordo entre as partes. A solução final, prevendo a criação de uma zona intermediária entre as fronteiras de ambos países envolvidos no conflito, foi considerada um êxito diplomático do Governo brasileiro.

Os anos de fratricídio deixaram como resultado dois Estados exauridos em suas respectivas expressões do poder nacional. Como agravante, havia ainda a questão humanitária, particularmente referente ao problema dos prisioneiros de guerra. Cerca de 2.500 prisioneiros paraguaios se encontravam na Bolívia, e 17 mil bolivianos em território paraguaio.

No dia 12 de junho de 1935 assinou-se o Protocolo de Paz, que determinou o estabelecimento da Comissão Militar Neutra, como elemento fiscalizador do cumprimento do cessar-fogo, da desmobilização e da repatriação dos prisioneiros de guerra.

A DELEGAÇÃO BRASILEIRA

Coube ao Coronel Estevão Leitão de Carvalho, então Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, a Chefia da Delegação Brasileira à Comissão Militar Neutra. Sua escolha se deveu à experiência que dispunha em questões internacionais, tendo ele anteriormente participado da Conferência do Desarmamento realizada em Genebra, no ano de 1926.

A delegação brasileira foi ainda integrada pelos seguintes oficiais, todos do Exército Brasileiro (CARVALHO, 1958):

- Major Aníbal Gomes Ribeiro;
- Major Alkindar Pires Ferreira;

- Major Heitor da Fontoura Rangel;
- Major Pery Constant Beviláqua;
- Capitão João Saraiva;
- 1º Tenente Hortêncio Pereira de Brito (Piloto).

Tendo sido nomeado no dia 13 de junho, já no dia seguinte o Chefe da Delegação se deslocava para a região de operações, utilizando-se para tal de uma aeronave Waco Cabine, então recentemente incorporada à Aviação Militar (atual Aviação do Exército).

Destaca-se o fato de que a referida aeronave, cuja tripulação era constituída pelo Tenente Hortêncio e pelo sargento-mecânico Epifânio, teve papel de relevo para o cumprimento das missões a serem realizadas, seja realizando ligações, ou mesmo reconhecimentos.

ATIVIDADES DA COMISSÃO NEUTRA

A Comissão Militar Neutra tinha por mandato a implementação das medidas de segurança estipuladas pelo Protocolo de 12 de junho, que eram as seguintes:

- Desmobilização dos exércitos beligerantes no prazo de noventa dias, a contar da data de fixação da linha do armistício;
- Obrigação entre as partes de não proceder a novas aquisições de material bélico;
- Manter o cessar-fogo, seguindo o compromisso de "não-agressão".

Uma vez cumpridas estas medidas, a Conferência de Paz declararia terminada a guerra.

As Instruções Reguladoras, aprovadas no próprio dia 12 de junho, descreviam em maiores detalhes como se daria o cumprimento do mandato da Comissão Neutra. Convém destacar que coube ao Chanceler

brasileiro Macedo Soares a autoria das referidas Instruções, tendo o mesmo a redigido na madrugada que precedeu a assinatura do Protocolo de Paz (CARVALHO, 1958).

De acordo com o referido documento, a comissão seria composta por representantes de cada um dos seis Estados Mediadores, isto é, Argentina, Brasil, Chile, Estados Unidos, Peru e Uruguai. Ainda segundo as Instruções Reguladoras, seus membros deveriam ser oficiais da ativa das respectivas Forças Armadas.

Ficou definido que a presidência da Comissão Militar caberia ao membro de posto mais alto, ou, em igualdade de posto, ao mais velho. As decisões da Comissão seriam tomadas por maioria de votos, cabendo a cada Estado Mediador um único voto. Ao Presidente da Comissão caberia o voto de desempate, caso necessário.

Com relação ao apoio logístico a ser prestado à Comissão, caberia aos países beligerantes o provimento de "todas as facilidades" para que se pudesse realizar totalmente as tarefas inerentes às suas importantes funções (CARVALHO, 1958, p. 281).

Todas as decisões da Comissão seriam comunicadas aos comandos beligerantes, que se obrigariam a cumprir as determinações nos prazos estipulados.

Durante o período de cessar-fogo, a Comissão concluiu a sua organização e passou a realizar a determinação da linha de separação dos exércitos. Outra atividade de grande importância foi a verificação da desmobilização, que deveria ser concluída até noventa dias após a data da fixação da linha de separação, que foi estabelecida no dia 1º de julho.

A desmobilização, iniciada no dia seguinte, deveria estar concluída até o dia 30

de setembro, conforme estipulado no Protocolo de Paz. Nesta fase, alguns problemas tiveram de ser contornados, particularmente pela dificuldade imposta, seja pela Bolívia seja pelo Paraguai, em permitir uma efetiva verificação do licenciamento de tropas.

Segundo relato do próprio Chefe da Delegação Brasileira, apesar das dificuldades surgidas, a Comissão logrou cumprir fielmente todas as tarefas previstas:

Ao extinguir-se o prazo máximo de noventa dias ininterruptos, estatuído no Protocolo de Paz, cujo término seria em 30 de setembro, estava efetuada a desmobilização, levada a cabo metodicamente, sem que se produzisse o menor incidente, sob a fiscalização dos representantes da Comissão, nos centros de licenciamento de ambos os exércitos (CARVALHO, 1958, p. 366).

MISSÃO CUMPRIDA

O sucesso do trabalho da Comissão Militar Neutra contribuiu decisivamente para a reconstrução da confiança mútua entre o Paraguai e a Bolívia, levando a uma solução definitiva do conflito. De fato, no dia 21 de julho de 1938, foi assinado o Tratado de Paz, Amizade e Limites entre as duas nações amigas, pondo fim às divergências históricas que levaram ao confronto armado no Chaco.

A participação brasileira foi de grande relevo, particularmente devido ao sucesso das negociações conduzidas pelo Chanceler Macedo Soares. O Embaixador José de Paula Rodrigues Alves, referindo-

se ao trabalho desenvolvido por nossos militares, assim se pronunciou:

A Delegação do Brasil vê, com a maior satisfação, que militares empenhados em realizar uma obra de restabelecimento da paz tenham dado, procedendo como cavalheiros, um exemplo do que podem fazer os militares numa ação de paz. (apud CARVALHO, 1958, grifo nosso).

O pioneirismo destas ações ficou ainda claro em discurso proferido pelo Chan-

celer argentino Saavedra Llamas, ao declarar que “É, quiçá, pela primeira vez em assunto desta índole, que se constitui um órgão militar internacional” (id., ibid.).

As ações desempenhadas pela Comissão Militar Neutra, tais como verificação do cessar-fogo e negociações para a desmobilização de tropas, em momento algum deixam dúvidas de que se pode classificar a experiência no Chaco como precursora das atuais Operações de Manutenção da Paz, e, por conseqüência, os representantes brasileiros como precursores dos modernos observadores militares. ☉

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Francisco Roberto. *Diretriz Geral do Comandante do Exército*. 2003. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/01Instit/CmtEx/Mensagens/diretriz.htm>>. Acesso em: 27 fev. 2003.
- BANDEIRA, Moniz. *O Expansionismo Brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: da colonização à Guerra da Triplíce Aliança*. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *História da diplomacia brasileira: guerra e paz na região*. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/acs/diplomacia/portg/h_diplom/ev015.htm>. Acesso em: 15 jun. 2003.
- CARVALHO, Estevão Leitão. *A Paz do Chaco: como foi efetuada no campo de batalha*. 1. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/313_11.asp>. Acesso em: 15 jun. 2003.
- MUSEU AERONÁUTICO. Aeronaves: Waco CJC. Disponível em: <http://www.musal.aer.mil.br/links_aeron.htm> Acesso em: 15 jun. 2003.
- POLIDORO, Márcio (Coord.). *O Exército na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998. 3 v.